



COLETÂNEA
EDUCAÇÃO POPULAR
E ECONOMIA SOLIDÁRIA
NO NORDESTE

CADERNO PEDAGÓGICO

economia solidária e agroecologia

Raimundo Alves
Aline Souza
Alzira Medeiros

MXM Gráfica e Editora

Av. Chico Science, 301, CEP 53320-105

Bultrins – Olinda (PE)

Telefax: (81) 2138-0800

Cel: (81)99161-6437 / (81) 99640-8935



ATRIBUIÇÃO

NÃO-COMERCIAL

COMPARTILHA IGUAL

**CENTRO DE FORMAÇÃO E APOIO À ASSESSORIA
TÉCNICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DO
NORDESTE – CFES/NE**

**EQUIPE DE COORDENAÇÃO E GESTÃO
ADMINISTRATIVA**

José Nunes da Silva (coordenador institucional), Alzira Josefa de Siqueira Medeiros e Mônica Vilaça da Silva (coordenação pedagógica), Edivaldo Felix de Almeida Cavalcanti (gestão administrativa)

EQUIPE EDITORIAL

Alzira Josefa de Siqueira Medeiros, Ana Dubeux, José Nunes da Silva, Mônica Vilaça da Silva

**AUTORES DO TEXTO *ECONOMIA SOLIDÁRIA
E AGROECOLOGIA***

Aline Souza Nascimento | Graduanda em Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e militante da Rede de Agroecologia do Médio Mearim – MA

Raimundo Alves da Silva | Especialista em Ciência e Ética Política, educador popular, coordenador da Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA), membro da coordenação do Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão (FEESMA), da Rede de Agroecologia do Maranhão (RAMA) e do Coletivo de Educadoras e Educadores Populares em Economia Solidária do Maranhão

Alzira Josefa de Siqueira Medeiros | Educadora popular em economia solidária, socióloga, mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), integrante da Rede de Educadores Populares

em Economia Solidária de Pernambuco e coordenadora pedagógica do Projeto Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária do Nordeste, no período de 2009 a 2017. Dedicar-se à construção de conhecimentos sobre economia solidária e agroecologia, por meio da sistematização de experiências e da pesquisa-ação

REVISÃO

Mariana Pires Santos

ILUSTRAÇÃO DE CAPA

Thiago Liberdade

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Eduardo Souza e Gabriela Araujo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife – PE, Brasil

A474e Alves, Raimundo.

Economia solidária e agroecologia / Raimundo Alves, Aline Souza, Alzira Medeiros. – 1. ed. – Olinda: MXM Gráfica e Editora, 2018.

88 p. – (Coletânea Educação popular e economia solidária no Nordeste)

Inclui referências.

ISBN 978-85-65501-54-5

1. Educação popular 2. Economia solidária
3. Agroecologia

I. Souza, Aline II. Medeiros, Alzira III. Título

7	<i>Apresentação</i>
13	<i>Caminhos percorridos para elaborar o texto...</i>
19	<i>O debate entre a agroecologia e a educação popular em economia solidária</i>
23	Como construir conhecimento valorizando os nossos saberes e práticas
24	Como foram feitas as pesquisas e as ferramentas pedagógicas utilizadas
27	RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO Grupo de mulheres agroecológicas de Quissamã
29	RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO O fazer e viver a economia popular solidária na experiência da Fruto Daqui: uma contribuição para a sustentabilidade da agricultura familiar
32	RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO Mulheres praticando agroecologia em seus quintais produtivos
35	<i>Terra para quem nela não trabalha?</i>
41	<i>Em nome da modernização e do progresso os povos têm sido exterminados</i>
46	Em nome do desenvolvimento, o povo é enganado e o meio ambiente, destruído
51	<i>A agroecologia como um conhecimento e uma prática</i>

57	<i>A economia solidária como prática de resistência e construção de um outro mundo necessário e possível: um debate em movimento</i>
63	<i>O trabalho coletivo e comunitário: e a divisão sexual do trabalho?</i>
67	<i>Experiências agroecológicas e solidárias nas vivências de agricultoras e agricultores</i>
79	<i>Considerações finais: até onde caminhamos</i>
84	<i>Referências</i>

Apresentação

O Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária do Nordeste (CFES-NE) é um dos projetos da Política Pública de Educação da Política Nacional de Economia Solidária, desde 2009. É fruto das conquistas da ação política e pública realizada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e, em particular, de educadoras e educadores que compreendem que a economia solidária carrega consigo um processo de educação que constrói outra economia a partir do chão de vida e trabalho de quem a pratica nos meios urbano e rural. Nas duas primeiras Conferências Nacionais de Economia Solidária, realizadas em 2006 e 2010, as delegadas e os delegados aprovaram a criação de um Centro de Educação em Economia Solidária (formação e assessoria), com vista a disputar os recursos públicos para este fim.

Com atuação regional e nacional, o CFES tem por objetivo formar educadoras e educadores em Economia Solidária, que trabalhem com formação, a assessoria técnica, a elevação de escolaridade, a inclusão digital e o acesso às tecnologias por trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária, segundo a Chamada Pública 001/2012 para seleção de projetos – Secretaria Nacional de Economia Solidária/ Ministério do Trabalho e Emprego.

A primeira fase do CFES foi de 2009 a 2012, e a segunda, de 2013 a março de 2018. Nas duas fases, o CFES-NE contou com a coordenação institucional da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), sob a responsabilidade do Departamento de Educação, resultado de seleção de editais do Ministério do Trabalho e Emprego.

Cabe ressaltar que, desde o seu nascedouro, o CFES-NE foi orientado pela ação político-pedagógica das representações de educadoras e educadores, pelos Fóruns Estaduais de Economia Solidária e outras redes e movimentos sociais componentes do seu Conselho Gestor.

O Nordeste (NE) tem uma longa tradição na construção de ideais e práticas de educação popular e libertadora. Diante disso, buscamos trazer as pessoas e organizações envolvidas com a construção de outras pedagogias e metodologias para gestar e parir um conhecimento que, inspirado em nosso contexto territorial e no dos povos originários, tradicionais, oprimidos e explorados, incluindo mulheres e homens, nos dê conta de fazer uma outra economia, baseada em relações sociais de cooperação, solidariedade, equidade de gêneros, respeito à nossa cultura e espiritualidade, de amorosidade e harmonia com os outros seres vivos que compõem nossa casa e nosso mundo.

As atividades realizadas envolveram apoio à articulação das educadoras e dos educadores em economia solidária, realização de seminários regionais, oficinas locais, cursos estaduais e regionais e publicações.

Os três Cursos Regionais de Formação Autogestionária de Educadores e Educadoras Populares em Economia Solidária foram realizados por polos, com a junção dos seguintes estados: polo Maranhão, Piauí e Ceará; polo Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; polo Alagoas, Sergipe e Bahia. Todos aconteceram no período de julho de 2015 a agosto de 2016, com o envolvimento de redes, coletivos e núcleos de educadores e educadoras populares dos estados da região, entre outros movimentos sociais e instituições.

A partir do exercício metodológico e pedagógico sobre o que estudar, como estudar e por que estudar, na construção autogestionária do currículo, as participantes e os participantes destes cursos definiram os temas e pesquisas que consideravam importantes para a educação em economia solidária no NE, e um deles é o deste caderno: **a agroecologia**.

A agroecologia é considerada, pela coordenação do CFES-NE, uma temática emergente para a reflexão do movimento da economia solidária, por alguns motivos, como: a) **as práticas**: agricultoras e agricultores e outros povos tradicionais que praticam a agroecologia têm se organizado por meio de associações, cooperativas e redes que são **tipos de iniciativas próprias das experiências de economia solidária**, mas ainda não está claro, para uma boa parte dessas pessoas, que economia é esta e qual o sentido mesmo de uma outra economia; b) **a valorização dos saberes ancestrais e a diversidade sociocultural** na construção de conhecimentos contextualizados que libertem os sujeitos, homens e mulheres, e gerem autonomia; c) **a luta comum** em defesa da biodiversidade e do meio ambiente, na contramão do agronegócio, um dos principais pilares do capitalismo em nosso país, que tem destruído as economias tradicionais e ancestrais com seu *economicídio*; d) **a urgência de construir diálogos e caminhos**, nos diversos espaços e territórios, para **ampliar a resistência do campesinato, dos povos tradicionais e das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo e da cidade, na defesa dos direitos sociais e da Natureza**, na vivência do Bem Viver.

Os conteúdos e debates que este caderno apresenta têm sua fonte de inspiração em três pesquisas-ação realizadas durante o curso regional, mas não se pretende, aqui, reproduzir os relatórios elaborados pelas respectivas equipes de trabalho. Os estudos, com seus títulos, equipes e respectivas orientadoras, coordenadoras

pedagógicas do CFES-NE, estão descritos abaixo, sendo que o primeiro foi realizado no Piauí e os outros dois, no estado de Sergipe:

- 1) O fazer e viver a economia popular solidária na experiência da Fruto Daqui: uma contribuição para a sustentabilidade da agricultura familiar, coordenado pelas pesquisadoras Antônia Maria da A. Alves de Almeida, Adriana Maria Cavalcanti, Maria da Conceição Santos Silva, Teresinha Maria de Sousa Silva e Francisca Ferreira de Sousa Santos, com orientação metodológica de Alzira Medeiros.
- 2) Mulheres praticando agroecologia em seus quintais produtivos, coordenado pelas pesquisadoras Divaneide Pinheiro Lins de Souza e Zilda Marina Souza, com orientação metodológica de Alzira Medeiros.
- 3) Grupo de mulheres agroecológicas de quissamã, coordenado pelos pesquisadores Antônio Edson Barreto e Tiago Costa e pela pesquisadora Sheila Feitosa, com orientação metodológica de Mônica Vilaça.

Outras experiências que também enriquecem a nossa reflexão vêm da vivência e do trabalho, com educação do campo e assessoria, junto às agricultoras e aos agricultores de comunidades rurais e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras ao longo dos anos de Raimundo Alves (Didi) e Aline Souza, bem como de Alzira Medeiros que tem se dedicado à construção de conhecimentos em economia solidária e agroecologia.

Desejamos contribuir com a invenção de outros possíveis futuros, por meio da visibilização e reconhecimento das formas tradicionais de saber-viver e saber-fazer, que são recriadas no cotidiano de mulheres e homens no semiárido (com seus vários sertões), no cerrado, na caatinga, no litoral, nos brejos, nas matas e nas favelas e periferias urbanas. Ao mesmo tempo, queremos trazer

para o diálogo intercultural os conhecimentos gerados nas escolas,
institutos e universidades.

Boa leitura.

Alzira Medeiros e Mônica Vilaça

COORDENADORAS PEDAGÓGICAS DO CFES-NE

*Esta terra é desmedida
e devia ser comum,
Devia ser repartida
um toco pra cada um,
mode morar sossegado.
Eu já tenho imaginado
Que a baixa, o sertão e a serra,
Devia sê coisa nossa;
Quem não trabalha na roça,
Que diabo é que quer com a terra?*

(A TERRA DOS POSSEIROS DE DEUS – PATATIVA DO ASSARÉ)

Constrói-se um conhecimento a partir da memória coletiva, de recordações que brotam do exercício da rememoração e possibilitam um retorno aos lugares já andados, às conversas, às amizades e às pessoas, que já não se encontram aqui, mas que foram importantes na trajetória histórica de lutas, resistências e afirmações.

É a partir desse mergulho que observamos a relação dos quintais produtivos, assentamentos de reforma agrária, feiras, bancos de sementes, cisternas, entre outros, com a economia solidária e a agroecologia – dois caminhos que têm **denunciado a mercantilização da vida** e contribuído para o empoderamento político e econômico e a sustentabilidade dos povos do campo e da cidade.

Aqui a intenção é também o exercício de diálogo com outras estratégias criativas de mobilização e articulação com movimentos sociais que se organizam e se orientam por princípios e objetivos semelhantes, e que já vivenciam essas experiências, como as quebradeiras de coco babaçu, as os pescadoras e os

pescadores artesanais, os povos indígenas, as mulheres trabalhadoras rurais, os povos atingidos por barragens, as juventudes rurais, os sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, entre muitos outros.

Falar da história de luta e resistência desses povos traz à tona a experiência de uma nova e ousada descrição da história, que possibilita ouvir a voz daquelas e daqueles que foram silenciadas e silenciados e impedidas e impedidos de construir sua própria perspectiva histórica, como afirma Cláudia Silva Lima, no artigo “Irmã Dorothy e os PD’s: *memória e resistência versus o poder do latifúndio*, de 2015. Essa narrativa é uma forma de enfrentamento a um determinado saber que tem como referência o saber masculino, branco e letrado, que impede a existência de outras formas de ver o mundo e de organização social que não sejam aquelas legitimadas e orientadas pelo colonialismo e pelo capitalismo ao longo de nossa história.

Somos imensamente gratos a Alzira Medeiros pelos incansáveis diálogos, leituras e contribuições, os quais foram de fundamental importância para a construção deste texto.

Buscamos sistematizar o que nos pareceu relevante, mas não temos a pretensão de esgotar o debate. Assim, algumas questões ficarão para futuros mergulhos nos lagos, riachos, rios, cacimbas, açudes e enxurradas que são as experiências que fluem da ação educadora popular em economia solidária e agroecologia. Acenamos somente para a fundura do poço e a força das águas! E convidamos para a leitura e o mergulho conosco.

***“O povo tem uma inteligência,
é preciso aproveitar”***

(ANTONIA MARIA DE O. MOURA)

É indiscutível a importância do debate sobre agroecologia na educação popular em economia solidária, não somente porque as práticas agroecológicas fazem parte da realidade cotidiana de agricultoras e agricultores pertencentes a grupos produtivos, associações, cooperativas e redes da economia solidária, mas pela necessidade de (re)aprofundamento do tema, de modo que as aprendizagens que marcam as vivências desses sujeitos sejam trazidas à luz, ampliadas e valorizadas.

A economia solidária possui significativas experiências que adotam os princípios e práticas da sustentabilidade, em diálogo com os fundamentos da agroecologia. O conhecimento que vem sendo construído por estudiosas da agroecologia como, por exemplo, Alzira Medeiros, Ana Dubeux e Maria Virginia de Aguiar, em 2015, revelam, com as sistematizações de experiências no semiárido nordestino, o quanto outras economias estão presentes no meio rural, tendo a solidariedade, a cooperação e a reciprocidade costurando as relações sociais.

A sistematização de experiências é uma ação da educação popular que tem contribuído para a reflexão sobre as iniciativas de trabalho e de vida no meio popular, urbano e rural, e para revelar crenças e saberes locais, que nos ajudam a compreender essas realidades ao valorizar a prática como produtora de conhecimento.

De acordo com as contribuições de Elsa Falkenbach, em 2000, de Oscar Jara, em 2006, e de Paulo Freire, em 1977, a sistematização faz a gente pensar sobre o que foi feito, o que se deixou de fazer e os seus porquês, para daí aprendermos com nossa

caminhada, avaliando, estudando, analisando as pedras do caminho e as alegrias, com o propósito também de socializar esse conhecimento com outras experiências, movimentos e até promotores de políticas públicas, como forma de fortalecer as práticas e mudar a nossa realidade.

Mas o que vem a ser educação popular? De acordo com o educador Oscar Jara, é a educação voltada para a mudança, que busca tornar as pessoas agentes de transformação social, o que só é possível a partir de uma educação plena, que desenvolva todas as suas capacidades. Todas as gentes são portadoras de conhecimentos que brotam das práticas e reflexões, adquiridas nas vivências no chão de vida, do nosso jeito de saber, de viver, de produzir. Desse modo, essa educação valoriza os saberes populares e mostra que somos detentoras e detentores de conhecimentos. E como disse a camponesa maranhense, Antonia Maria de Oliveira Moura, na epígrafe acima, o povo tem o seu saber e ele deve ser reconhecido e valorizado.

No atual momento, a educação popular adquire ainda maior relevância pela necessidade de associar, intimamente, o aprendizado à tomada de consciência da situação real vivida por educadoras/es e educandas/os, como afirmava Paulo Freire, em 1967, no seu livro *Educação como Prática da Liberdade*. Para ele, não basta estar no mundo, como espectadores e espectadoras, acomodadas e acomodados, assistindo passivamente aos acontecimentos. É necessário estar *com* o mundo, interferir na realidade e modificá-la, criando e recriando, integrando-se às condições de seu contexto, respondendo a seus desafios. Essa interferência só é possível quando a consciência se torna crítica.

Então, torna-se imprescindível uma educação que valorize a vida de cada sujeito, homem e mulher, que olhe para cada um e cada uma, e para todas/os, a partir da sua identidade socioterritorial, entre outras, e lhe permita viver com alegria, em

convivência com o chão que pisam e no qual almejam permanecer com dignidade. Essa educação contextualizada é instrumento de humanização e libertação, pois valoriza as formas de pensar e saber dos povos, rompendo com a dominação sofrida por eles, incluindo as mazelas ainda hoje vividas da herança colonialista, patriarcal e racista.

Como construir conhecimento valorizando os nossos saberes e práticas

Em parágrafos anteriores, falamos na sistematização de experiências. Queremos abordar agora a importância da metodologia na investigação social sobre a realidade das experiências da economia solidária e da agroecologia. Uma metodologia que vem sendo trabalhada pela educação popular é a pesquisa-ação, por envolver as participantes e os participantes no processo de investigação como sujeitos, com capacidade e poder para definir o que, para que, por que e para quem estudar.

Michel Thiollent, no livro *Metodologia da Pesquisa-Ação*, publicado em 2011, afirma que “a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo”.

Pela sua intencionalidade, a pesquisa-ação necessita de diálogo e compromisso entre participantes e pesquisadoras e pesquisadores, de modo que haja reciprocidade e respeito aos saberes, em um exercício de construção coletiva horizontal. Não é uma simples coleta de dados ou informações, como faz a pesquisa quantitativa, ou mesmo algumas pesquisas participantes.

Como muito bem revelam as pesquisadoras do Piauí Antônio Maria da A. Alves de Almeida, Adriana Maria Cavalcanti, Maria da Conceição Santos Silva, Teresinha Maria de Sousa Silva e Francisca Ferreira de Sousa Santos, no relatório da pesquisa O Fazer e viver a economia popular solidária na experiência da Fruto Daqui: uma contribuição para a sustentabilidade da agricultura familiar, “a pesquisa-ação trata de responder às necessidades dos grupos, construir conhecimento para respondê-las, se coloca no campo da pesquisa militante, quebrando a ideia de que o pesquisador é neutro. Ela constrói conhecimento para fortalecer os movimentos, os sujeitos da ação. Ou seja, tem uma intencionalidade, entendendo que esta pesquisa-ação se apresenta como a construção de novos saberes para a pedagogia da autogestão na educação popular em economia solidária”

Como já dito na apresentação, neste caderno são apresentadas algumas reflexões e resultados que foram investigados com a metodologia da pesquisa-ação.

Como foram feitas as pesquisas e as ferramentas pedagógicas utilizadas

A pesquisa realizada no Assentamento Vitória da União, também conhecido como Priápu Santa Luzia do Itahin (1º Assentamento da Reforma Agrária de Sergipe), buscou debater a invisibilidade dos saberes do trabalho das mulheres na agricultura familiar e a pouca valorização do trabalho delas nos quintais produtivos. Este tema também vem sendo debatido pelas pesquisadoras nos encontros do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR-SE). Ou seja, não se trata de uma questão específica das mulheres do assentamento, mas, sim, de algo que acontece também em outros lugares.

Para levar adiante o estudo, as pesquisadoras realizaram visitas às casas das mulheres já conhecidas, a fim de fazer uma reunião e debater sobre as dificuldades. Ao se reunirem, observaram juntas que existia um problema na manutenção e sustentabilidade dos quintais devido à infestação por alguns insetos/pragas, e isso estava acarretando problemas para a comercialização de seus produtos.

A primeira reação foi chamar um técnico para dar assessoria. Mas as pesquisadoras perceberam que no assentamento havia diferentes saberes e práticas, entre as mulheres, sobre agricultura e agroecologia. Assim, fizeram uma roda de diálogo e debateram sobre a importância de dar visibilidade aos saberes existentes. O intercâmbio foi fortalecido com a realização de visitas a vários quintais. Nessas visitas, o grupo foi tirando fotos e levando-as para cada quintal, e assim foi sendo vivenciada a pesquisa-ação.

A pesquisa “Mulheres Agroecológicas de Quissamã”, realizada com o Grupo de Mulheres do Assentamento de reforma agrária Moacyr Wanderley, no povoado Quissamã, em Nossa Senhora do Socorro-SE, também abordou o desconhecimento e a desvalorização das experiências agroecológicas das mulheres.

Na construção metodológica, foram realizadas visitas, com o objetivo de aproximar os pesquisadores e a pesquisadora e as mulheres do assentamento e de socializar o objetivo da pesquisa. Foram desenvolvidas, ainda, oficinas para socialização das experiências e conhecimentos das mulheres, com místicas e apresentações, além de resgate histórico, diagrama de Venn, rodas de conversa e entrevistas. Essas ferramentas pedagógicas facilitaram a interação entre o grupo de mulheres e a equipe de pesquisa, gerando credibilidade, segurança e confiança, o que as deixou mais à vontade para compartilhar suas histórias de vida.

A pesquisa “O fazer e viver a economia popular solidária na experiência do Fruto Daqui: uma contribuição para a sustentabilidade na agricultura familiar”, realizada junto à Cooperativa Agroindustrial da Agricultura Familiar do Território entre Rios – Fruto Daqui, em José de Freitas-PI, trata sobre sustentabilidade e autogestão para além da questão econômico-financeira. Busca superar a lógica restrita do **produzir e comercializar, tratados para dentro da gerência administrativa**, analisando especialmente a participação da juventude camponesa.

O processo metodológico da pesquisa resgatou os saberes e fazeres do grupo, criando um ambiente de reconhecimento e fortalecimento do conhecimento local, por meio do uso de ferramentas como a Calçada da Memória, que dialoga com a cultura das conversas entre vizinhas e vizinhos, as rodas de conversas e as leituras coletivas, partindo da história e da memória, em um passeio inesquecível, rico de detalhes e de partilhas.

Os sujeitos da pesquisa são majoritariamente mulheres camponesas que têm praticado a agroecologia nos seus quintais produtivos. Mesmo a Cooperativa Frutos Daqui tem a sua principal base de produção de frutas nos quintais. Mas estamos também falando de assentamentos da reforma agrária, e isso nos faz refletir sobre a questão da terra e sua relação com a agroecologia e a economia solidária.

RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO

Grupo de mulheres agroecológicas de Quissamã

**ANTÔNIO EDSON BARRETO,
SHEILA PATRÍCIA SANTOS FEITOSA
E TIAGO RODRIGUES DA COSTA**

Fazer uma pesquisa-ação foi um grande desafio para nós. Esta escolha nos proporcionou mergulhar no protagonismo de um grupo de mulheres historicamente ligado **à luta pela conquista da terra**, do Grupo de Mulheres Agroecológicas do Assentamento Moacyr Vanderley, em Quissamã, Nossa Senhora do Socorro – Sergipe, que até então era desconhecido por nós, pesquisadora e pesquisadores. No processo da pesquisa, construímos com elas uma relação de confiança que nos permitiu avançar na coleta de dados, através de ferramentas como a linha do tempo, das práticas de produção e de manejo, e dos valores presentes em um produto ecologicamente correto e socialmente justo. Desta forma, pudemos compreender melhor a relação da educadora e do educador popular com um determinado contexto. Percebemos que as mulheres buscavam, através de seus esforços, conquistar espaço, gerir sua produção e ter sustentabilidade financeira.

É importante registrar o enfrentamento destas mulheres contra o machismo dos seus companheiros. É muito forte o desejo delas de se livrar da dependência financeira dos maridos. O trabalho na produção agroecológica lhes proporciona autonomia para poder decidir o que fazer com os recursos adquiridos com seus próprios esforços, mas isso também as leva a uma jornada de trabalho extenuante. A produção agroecológica resgata a autoconfiança das mulheres

com uma nova mentalidade de produção no campo, que garante segurança alimentar e proporciona uma convivência comunitária no uso da terra.

Dos cinco encontros realizados com o grupo, dois foram na área de produção. Estes momentos serviram para que pudéssemos imergir nas práticas agroecológicas, a fim de conhecer a diversidade de legumes e verduras produzidos. Nos demais encontros, utilizamos metodologias como o diagnóstico rápido participativo – DRP, a linha do tempo e o diagrama de Venn.

Durante a pesquisa-ação, procuramos contribuir com a solução de problemas e, de forma recorrente, percebemos que a comercialização era um grande gargalo, pois o quantitativo de vendas não atendia às necessidades do grupo e, assim, era preciso ampliar o mercado. O grupo de mulheres agroecológicas de Quissamã nos proporcionou um grande aprendizado, na medida em que nos permitiu compartilhar de suas experiências, avaliar coletivamente algumas dificuldades enfrentadas, descobrir potencialidades até então não observadas, identificar sujeitos do contexto como possíveis parceiros, compreender a importância do trabalho da mulher no campo, bem como observar qual a relação do grupo com a economia solidária.

RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO

O fazer e viver a economia popular solidária na experiência da Fruto Daqui: uma contribuição para a sustentabilidade da agricultura familiar

**ANTONIA MARIA DA A. ALVES
DE ALMEIDA, ADRIANA
MARIA CAVALCANTI, MARIA
DA CONCEIÇÃO SANTOS
SILVA, TERESINHA MARIA
DE SOUSA SILVA E FRANCISCA
FERREIRA DE SOUSA SANTOS**

Esta pesquisa busca mostrar que a agricultura familiar sofre dificuldades ao fazer economia popular solidária na contramão do sistema capitalista, que é baseado no lucro, no individualismo, na competição, na opressão e na violência. Um empreendimento solidário não deve e não pode matar as pessoas de trabalhar para atender às exigências do mercado. O trabalho deve estar a serviço do homem e da mulher e não pode destruir o meio ambiente. De acordo com o relatório da V Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 2012), “A Economia Solidária está para além de um processo econômico”.

A **Cooperativa Agroindustrial da Agricultura Familiar do Território Entre Rios – Fruto Daqui** está localizada no município de José de Freitas, no Piauí, e realiza o beneficiamento das frutas dos quintais produtivos das cooperadas e dos cooperados, o que tem sustentado suas famílias. Com o avanço das atividades, os quintais produtivos já não atendem à demanda, ocasionando, assim,

algumas perdas na quantidade de produtos nos contratos, principalmente junto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A **pesquisa-ação** fez uma reflexão sobre sustentabilidade e autogestão, para além da questão econômico-financeira, buscando superar a lógica restrita do produzir e comercializar, tratados como assuntos restritos à gerência administrativa. De acordo com Alberto Acosta, “é imprescindível construir modos de vida baseados nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza, que não sejam pautados pela acumulação do capital”. A concepção de educação freireana, também nos ensina que o sujeito da criação cultural não é individual, mas coletivo.

O processo metodológico da pesquisa resgatou saberes e fazeres, criando um ambiente de reconhecimento e fortalecimento do conhecimento local, por meio do uso de ferramentas como a **calçada da memória**, que dialoga com a cultura das conversas entre vizinhas e vizinhos; as rodas de conversas; e as leituras coletivas, partindo da história e da memória, em um passeio inesquecível, rico de detalhes e de partilhas de conhecimento.

A pesquisa-ação permitiu a construção de **um conceito coletivo sobre sustentabilidade, que orientou os homens e as mulheres participantes por uma referência comum**. Assim, para os participantes da pesquisa-ação com a Cooperativa Fruto Daqui, **sustentabilidade significa** a base da organização para que alcance os objetivos, é trabalho em conjunto, com dignidade, com deveres e direitos, respeito, amizade. Garantir, reivindicar e melhorar a agricultura familiar; produzir sem agredir o meio ambiente, praticando o consumo sustentável; é ter o conhecimento e a cultura; é resistência; é caminhar com os

próprios recursos que garantem o seu sustento; é planejar; é respeitar opiniões diferentes e é união.

O estudo mostrou que, para organizar a cadeia produtiva com ênfase no beneficiamento de frutas, é necessário refletir sobre o território e os limites do meio ambiente; eliminar o uso de veneno na produção agrícola; voltar especial atenção para o uso da água e aos descartes (lixo/resíduos) da produção da cooperativa. Além disso, é importante vivenciar o cuidado entre cooperadas e cooperados, por meio da inclusão do trabalho da família, da valorização da identidade camponesa, da promoção, com prioridade, da visibilidade do trabalho da mulher e da juventude e do fortalecimento dos laços solidários. Ficou claro, também, que é necessário pensar ações para envolver as agricultoras e os agricultores que ainda não são cooperadas/os; fazer um planejamento estratégico para atender de forma continuada aos mercados; e oferecer à juventude um espaço mais abrangente dentro da organização, incentivando a criação de políticas públicas para a juventude e contribuindo para que as famílias incentivem as jovens e os jovens a viver da agricultura familiar e a valorizar a identidade do campo. A pesquisa constatou, ainda, que é preciso provocar as entidades na busca pela promoção da educação do campo e combater o fechamento de escolas camponesas; formar parcerias para promover a formação da juventude sobre política e sucessão rural e buscar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local.

RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO

Mulheres praticando agroecologia em seus quintais produtivos

**DIVANEIDE PINHEIRO LINS DE
SOUZA E ZILDA MARINA SOUZA**

Em nossa pesquisa-ação, procuramos entender um pouco da vida das mulheres e de sua luta para produzir nos quintais de suas casas. Resolvemos trabalhar com mulheres porque sabemos da invisibilidade do seu trabalho para a sociedade. Este é um problema que vem sendo debatido pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR-SE), do qual fazemos parte. A pesquisa-ação foi realizada no Assentamento Vitória da União, também conhecido como Priápu, em Santa Luzia do Itanhi (1º Assentamento da Reforma Agrária da Região Sul de Sergipe).

A educação popular em economia solidária, com base nas orientações do Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária (CFES-NE) e da pesquisa-ação, nos estimulou a nos aproximar da realidade das mulheres. A partir de nossas visitas às mulheres selecionadas, percebemos problemas na produção em seus quintais produtivos, como a existência de pragas, que prejudica a comercialização das sobras nas feiras e com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dificultando o acesso à renda e a própria autonomia.

Algumas diziam que era necessário levar o assessor técnico até o assentamento. Para nós, ainda não estava claro que existia um saber e um conhecimento

local, pois esse saber e os próprios quintais não tinham visibilidade. Após alguns debates, decidimos investigar, entre as mulheres produtoras do assentamento, os tipos de praga mais comuns e como eram combatidos de forma ecologicamente correta por elas mesmas. Atingimos o objetivo de nossa pesquisa com a revelação das técnicas de manejo agroecológico de combate às pragas e ervas 'danadinhas' pela vivência das trabalhadoras rurais no assentamento. Com os depoimentos das companheiras e com as fotos tiradas das plantações agrícolas, revelaram-se as pragas e o modo como elas atacavam as diversas produções de hortas e legumes.

Descobrimos, assim, a importância da convivência de algumas espécies nos quintais, um lugar que é historicamente das mulheres e que hoje se revela como espaço de resistência. Com as rodas de diálogo, pudemos compartilhar nossos saberes e trocar experiências, algo que se mostrou de extrema importância. A valorização do saber das diferentes mulheres e de suas vivências apontou algumas direções para o enfrentamento dos problemas, como: trabalhar também para comercializar juntas as sobras do consumo familiar; e entender a diversificação da produção para atender um mercado local e institucional. Outra revelação importante foi sobre o trabalho da mulher no quintal e em casa: estes trabalhos tornam-se mais fácil se forem realizados por todos da família, permitindo, dessa forma, a autonomia da mulher, que poderá ter sua própria renda e tempo para realizar outras atividades, como estudar e participar das lutas na comunidade e no assentamento, de acordo com seu desejo e seus direitos.



A febre recolonizadora do meio rural tem explorado e empurrado inúmeras populações a um êxodo incerto e tem descaracterizado o vínculo territorial que dá sentido à sua identidade, como afirma Jorge Montenegro, no estudo “Conflitos pela terra e pelo território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina”, de 2010. Isso ameaça a reprodução física e cultural desses povos, forçando-os e obrigando-os a adaptar suas práticas sociais e econômicas ao modelo agroindustrial.

A concentração fundiária foi, e ainda é, um problema que afeta e exclui milhares de trabalhadoras e trabalhadores, e a reforma agrária tem sido realizada pelo “rastilho da pólvora”. Ou seja, é preciso muita luta e enfrentamento, às vezes, com sangue derramado, para conquistar um pedaço de terra. Esse processo é resultado da desigual distribuição de terras em nosso país. Em 1998, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) denunciou que a propriedade da terra no Brasil está concentrada em poucas mãos, revelando um dos mais altos índices de concentração fundiária do mundo. Cerca de 1% dos proprietários detém em torno de 46% de todas as terras.

A maioria dos territórios de comunidades tradicionais é fruto de muita luta e, infelizmente, muitas vidas são ceifadas nesse processo. A histórica e constante luta do MST é um exemplo. Nesse sentido, poderíamos falar das terras conquistadas como sendo “territórios de resistência”, e não como frutos da reforma agrária, pois esta nunca foi uma prioridade para os governos. Normalmente, quando o Estado chega para regularizar as terras, embates já foram travados. Por isso que é pela ação de trabalhadores e trabalhadoras que a terra é conquistada. Maristela Andrade, Marcelo Carneiro e Benjamin Mesquita falam, em artigo publicado na *Revista Políticas Públicas*, em 1996, que poderíamos nomear a ação do Estado

brasileiro como “reforma agrária da miséria”, pela forma como vem sendo realizada no país, a saber, à custa de derramamento de sangue.

Essa “reforma agrária da miséria” possui dois aspectos que merecem destaque. Primeiro, constituiu-se em uma ação que só veio regularizar oficialmente um processo que já estava constituído, no qual o sujeito impulsionador, com certeza, não foi o Estado. Segundo, as ações reformistas pontuais do Estado configuraram um espaço onde é possível perceber a existência de ilhas de assentamentos em meio a um mar de latifúndio, pois, como o Estado apenas regulariza terras marcadas por conflitos, é comum encontrarmos comunidades situadas perto de grandes latifúndios. Essa conjuntura acarreta inúmeros problemas às trabalhadoras e aos trabalhadores, principalmente, no que diz respeito à insuficiência de terras em relação à demanda, o que gera grandes obstáculos à reprodução social e econômica da família camponesa e à soberania alimentar, quando não as impossibilita.

Como afirma Jorge Montenegro, a intervenção do Estado no território rural tem sido marcada pela “força das políticas públicas dedicadas ao agronegócio e a fragilidade das políticas orientadas aos camponeses” (2010, p.28), rompendo com a relativa autonomia dessas populações, visto que são obrigadas ao abandono de práticas cotidianamente experimentadas e que refletem a relação intrínseca destas pessoas com o meio no qual vivem. O Estado tem exercido a violência quando dispersa as comunidades, quando as retira de suas terras, quando implanta equipamentos modernos que não são para seu uso e usufruto, como usinas eólicas, entre outros.

Vendo as situações por essa lente, observamos que o exercício dos sujeitos das pesquisas, mulheres e homens, em recuperar os seus saberes e valorizá-los como conhecimento vivo, presente em suas atividades produtivas, é uma prática

revolucionária de afirmação e resistência frente ao poder do agronegócio e do saber técnico, com seus pacotes tecnológicos.

A pesquisa-ação da Cooperativa Frutos Daqui, de acordo com o relatório de pesquisa (p.27), construiu um conceito sobre sustentabilidade para permitir um conhecimento comum e coletivo a partir do qual o grupo pode referenciar a sua prática. Para as participantes e os participantes, sustentabilidade significa “a base da organização para que alcance os objetivos, é trabalho em conjunto com dignidade, com deveres e direitos, respeito, amizade. Garantir, reivindicar e melhorar a agricultura familiar; produzir sem agredir o meio ambiente, praticando o consumo sustentável; é ter o conhecimento e a cultura; é resistência; é caminhar com os próprios recursos que garantem o seu sustento; é planejar; é respeitar opiniões diferentes e é união”.



A modernização e transformação econômica da agricultura, conhecida como Revolução Verde, teve início no Brasil na década de 1960 e resultou em experiências marcadas por conflitos que atravessam as vidas dos moradores do meio rural, revelando que as medidas adotadas pelos governos, em favor dos grandes industriais de máquinas e produtores de insumos e fertilizantes (agrotóxicos), e em favorecimento dos bancos, para financiamento da mecanização da agricultura, provocaram alterações no fazer técnico, organizativo e cultural das famílias camponesas, negando-lhes os seus modos de vida ancestrais, reduzindo a economia camponesa a uma relação estritamente econômico-comercial e provocando mudanças no uso do solo, privatização das sementes, modificação da paisagem e fragmentação de vínculos afetivos e laços sociais, como revela a estudiosa da agroecologia Georgina Catacora-Vargas, em artigo publicado em 2017.

Outra questão que se coloca é a presente ofensiva de projetos desenvolvimentistas pelo país. A questão da legitimidade do desenvolvimento merece um pouco de atenção, pois esse discurso da necessidade de se desenvolver é normalmente considerado verdade inquestionável. Geralmente, esse discurso é alimentado pela ciência e financiado por grandes empresas, com apoio do Estado, todos servindo à expansão e concentração do capital.

Poucas concepções são tão aceitas como a de desenvolvimento. Há mesmo um processo de naturalização do uso desse conceito. Gustavo Esteva, no artigo “Desenvolvimento”, de 2000, afirma que, atualmente, “quando a maioria das pessoas utiliza o termo desenvolvimento está dizendo exatamente o contrário daquilo que querem expressar” (p.59). Porque, na verdade, o desenvolvimento é uma mentira bem vendida. Essa verdade muitas vezes se encontra, inclusive, no imaginário de muitas comunidades atingidas por projetos de desenvolvimento. Muitas dizem que são contra o desenvolvimento, mas queriam que seus direitos,

sobretudo aos seus territórios, fossem resguardados. Talvez por partilharem do ideário de que o desenvolvimento “tem o sentido de mudança favorável do inferior para o superior, do pior para o melhor”, como afirma Gustavo Esteva, e, por isso, deve ser considerado algo que vem para o bem.

É interessante pensar como, desde o seu nascedouro, o desenvolvimento significou cada vez mais o crescimento econômico, ou seja, uma única forma de organização social alçada à condição de legítima, subjugando todas as outras possibilidades. A sociedade capitalista e seus grandes centros de produção – Europa e Estados Unidos –, por seu poder econômico e com o processo de exploração do mundo, construíram uma forma de pensar e querem impô-la como a única possível. Mesmo que à custa da exclusão e destruição de outros saberes e vivências.

Na construção da legitimidade da lógica do desenvolvimento, como já foi mencionado anteriormente, há um processo de padronização do outro a ser desenvolvido e a referência do que é desenvolvido está no modelo europeu ou estadunidense. Fomos ensinados a pensar esse desenvolvimento como cultura, em oposição à noção de natureza, que, por sua vez, se assemelha ao que é selvagem e/ ou atrasado. Nessa perspectiva, como afirma Porto Gonçalves em *Amazônia, Amazônias*, página 20, livro publicado em 2008, a tecnologia é tomada como parâmetro desse grau de desenvolvimento dos povos e regiões e os grupos que não dominam esse aparato são normalmente considerados como atrasados, ficando do outro lado da cultura, ou seja, vistos como seres muito próximos à natureza.

A partir dessa noção, povos com seus respectivos saberes e valores passam a ser conceituados de acordo **com uma visão exterior a eles**, o que evidencia uma prática colonizadora. Alguém resolveu determinar que o outro é atrasado, olhando apenas para o seu umbigo, o seu terreiro, no caso, o modelo americano e europeu. “Isso é coisa de primeiro mundo” é uma expressão popular que exemplifica a

referência do que é ser desenvolvido e como o Brasil e tantos outros países são considerados subdesenvolvidos, do “terceiro mundo”, e precisam alcançar o patamar daqueles outros. Nesse sentido, Gustavo Esteva, no artigo já citado, diz que “o estabelecimento de valores econômicos exige a desvalorização de todas as outras formas de vida social. Essa desvalorização transforma num passe de mágica

habilidades em carências, bens públicos em recursos, tradições em um fardo, sabedoria em ignorância” (2000, p.74).

Para entender mais a fundo a destruição dos povos indígenas em nome da modernização, do progresso e do desenvolvimento, sugerimos:

Ver o documentário *Martírio*, dirigido por Vincent Carelli, Ernesto de Carvalho e Tita.

Ler a reportagem “Indígenas: pelo direito de existir” da *Revista Continente*, nº 196, Ano XVII, abril/2017. Publicada pela Companhia Editora de Pernambuco (CEPE).

Ler também o caderno “Povos Originários e Comunidades Tradicionais”, desta coleção.

Existe uma palavra que pode resumir o que está sendo dito aqui: chama-se *economicídio*. Ela foi criada por Dominique Temple para explicar o que ocorreu quando os europeus ocuparam e colonizaram a África e os territórios da América Latina, por exemplo. Em nome do comércio de especiarias, da extração de nossas riquezas, como ouro, prata e madeiras, ocuparam o território e criaram uma invasão que destruiu a cultura e a economia praticada pelos povos nativos originários, em nome da

civilização e da mercantilização. *Economicídio* porque se destruiu uma economia existente, baseada no fazer e no saber de povos originários, como os tupi-guarani, incas, maias, astecas, e tantas outras culturas e povos que habitavam nessas terras, antes de se chamar América, para a implantação do capitalismo mercantilista. Não pense que o economicídio ficou no passado...

Os desafios da economia solidária e da agroecologia se intensificam no atual contexto diante das ameaças geradas pela expansão do agronegócio, com o intuito de provocar crescimento e desenvolvimento econômico, que, no entanto, somente geram empobrecimento.

Em nome do desenvolvimento, o povo é enganado e o meio ambiente, destruído

Nas últimas décadas, tem se acirrado a disputa pela terra no Brasil. A implantação de megaprojetos desenvolvimentistas trouxe mais conflitos. A proposta de desenvolvimento a qualquer custo desconsidera a existência de áreas impossibilitadas de exploração, como as florestas de babaçu, por exemplo, os territórios indígenas e as áreas de reserva legal, e compromete as condições ambientais necessárias para a reprodução da vida com toda sua sociobiodiversidade. Esse modelo de desenvolvimento não leva em conta outras perspectivas e meios de vida.

Isso tem impossibilitado o exercício de outras práticas econômicas e revela o “conto do vigário” por trás da ideia de desenvolvimento. Dessa forma, esse modelo ocasiona a expulsão dos trabalhadores de suas terras, o envenenamento de rios e igarapés, a destruição de florestas nativas e de plantações agrícolas, a distribuição de sementes geneticamente modificadas, a diminuição da assistência técnica, a inexistência de políticas de crédito que respeitem o modo de vida das agricultoras e dos agricultores, a expropriação de terras e moradia da mulher e do homem que vivem no/do campo, entre outros danos.

Um dos grandes projetos que ameaçam atualmente o cerrado e a existência de povos e comunidades tradicionais é o MATOPIBA (sigla formada pelas iniciais dos nomes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), institucionalizado pelo decreto 8.447, de 2015. Este projeto abrange uma área considerada como ‘nova fronteira agrícola’ do país. Mesmo contando com a intervenção direta

Para compreender o que é desenvolvimento temos que caminhar até o campo político, pois é o poder que determina seus sentidos, seu significado. Alberto Acosta, no livro *Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*, de 2016, diz o seguinte:

“A ‘era do desenvolvimento’ inicia em 1949, tendo como local de origem os Estados Unidos, considerado o ‘topo do mundo’ e, por isso, modelo a ser seguido por todos os outros países que quisessem sair da inferioridade, tendo, por isso, que percorrer o mesmo caminho: o do desenvolvimento. A partir dessa era, o mundo passa a ser dividido entre desenvolvido-subdesenvolvido, pobre-rico, avançado-atrasado, civilizado-selvagem, centro-periferia. Surgiram, então, projetos, manuais e inúmeras outras iniciativas como forma de ‘ajudar’ os países a saírem do atraso. O desenvolvimento foi acompanhado da implantação de novas técnicas e práticas no espaço

do Estado, tal modelo revela-se insustentável e favorece apenas o crescimento econômico.

A forma como vêm sendo conduzidos os projetos de desenvolvimento, principalmente no NE, tem impulsionado inúmeros conflitos socioambientais e colocado na cena do dia as lutas das comunidades tradicionais frente às ações de grandes empresas e dos governos.

A legitimação desses projetos está ancorada em discursos que advogam seu caráter civilizatório e modernizador para o Nordeste e que visam desenvolver as comunidades, tirá-las do “atraso”, quando, na verdade, empurram para o economicídio distintas formações sociais como, por exemplo, dos povos e comunidades tradicionais.

rural, visando à modernização da agricultura, conhecida como Revolução Verde. Os países pobres têm aceitado aplicar um conjunto de práticas, como as práticas da Revolução Verde, instrumentos e indicadores para sair do 'atraso' e chegar ao desejado 'desenvolvimento'. Para imitar os países adiantados temos, inclusive, abandonado nossas histórias e culturas, nossos projetos de vida, nossos saberes e tradições. Só conseguiremos nos livrar do fantasma do desenvolvimento quando construirmos a possibilidade de imaginar outros futuros, saídas para todas as dimensões da nossa vida."

Os territórios onde estão estes povos têm riqueza mineral, vegetal e água. São vistos pelas grandes corporações capitalistas e alguns governos desenvolvimentistas como um "potencial de desenvolvimento", sob o modelo da ocupação e invasão sociocultural, conforme já comentamos antes. Estes povos não são respeitados, os lugares são tidos como vazios, como se tudo e todos que constroem sua existência fora da lógica da agricultura industrial, do agronegócio e da mineração deveriam ser banidos. Nada é mais violento.

Essas violências afetam os povos do campo, das florestas e das águas e põem na corda bamba os seus direitos sociais e de cidadania e os direitos da Natureza.

Desenvolver tem significado cada vez mais des-envolver, isto é, deixar de envolver, quebrar o envolvimento das pessoas que são do lugar com o lugar para que incorporem os padrões do progresso e da modernidade. Isso implica também tirar desses povos o direito de decidir sobre seus destinos.

A instalação de determinados projetos desenvolvimentistas ocorre num campo extremamente conflitivo no qual há dominação, mas também *há resistência* por parte dos grupos afetados. O desenvolvimento se instaura não porque é obviamente o melhor, ao contrário. Ele se instaura num contexto de luta e conflitos mediado por estratégias de dominação e ocupação.

Valendo-se de diferentes estratégias de resistência, que vão desde o processo organizativo ao enfrentamento direto, as reivindicações desses grupos pela sua reprodução física e pela manutenção da sua existência revelam-se como antidiscurso, ou seja, discurso contra a dominação capitalista que os exclui.

Tais grupos impõem-se contra a mercantilização da vida e, portanto, de tudo aquilo que degrada o ambiente. Evidenciam, ainda, o caráter contraditório do desenvolvimento, que rompe com a relativa autonomia que possuem, visto que são obrigados ao abandono de práticas tradicionais que refletem a relação intrínseca que têm com o meio no qual vivem, levando-os à desestruturação econômica.



Diferentes povos têm resistido a esse modelo de desenvolvimento centrado no agronegócio, enfrentando-o. A agroecologia é uma dessas resistências baseadas no fazer, viver e pensar na contramão desse modelo. Vejamos o que dizem Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber, em artigo publicado em 2002, página 16: “A Agroecologia precisa ser entendida como um conjunto de conhecimentos que nos ajuda tanto para a análise crítica da agricultura convencional (ajudando a compreendermos as razões da insustentabilidade da agricultura da Revolução Verde), como também para orientar o correto redesenho e o adequado manejo de agroecossistemas, na perspectiva da sustentabilidade”.

A agroecologia também é considerada uma ciência que integra vários conhecimentos e técnicas construídos nas escolas e, tradicionalmente, pelas comunidades camponesas e indígenas, com suas experiências e vivências locais, de maneira harmoniosa com outros seres vivos que integram o ambiente natural. Porque cada um tem um saber que é importante e se complementa. Trata-se de culturas que se encontram: o jeito de fazer de quem planta e sabe da terra e o jeito de quem aprendeu com os livros e nas escolas, mas que valoriza e reconhece o saber da camponesa e do camponês. O técnico e “doutor” não pode ter a última palavra. Ele não sabe tudo!

Nesse jeito de fazer e de aprender praticado pela agroecologia, respeitando os diversos e diferentes saberes, existe um encontro com a educação popular em economia solidária que afirma a necessidade de quebrar o poder e a superioridade do saber escolarizado, que vem principalmente das universidades, para colocá-lo na roda, lado a lado com outros saberes, para que possa ser debatido e questionado, como afirmam Alzira Medeiros, Ana Dubeux e Virginia Aguiar, em artigo de 2015 que contribui para a sistematização de experiências sobre esses conhecimentos.

Emma Siliprandi revela, em sua tese de doutorado, de 2009, que a agroecologia passou a ser conhecida e divulgada na década de 1970, e no Brasil, no final de 1980 (p.104-105). O conhecimento sobre a agroecologia foi acontecendo ao mesmo tempo em que cresciam as lutas sociais do campo contra o endividamento com os bancos, a perda de terras, as migrações e o empobrecimento da vida das camponesas e dos camponeses, em decorrência da Revolução Verde e da crise gerada pela Ditadura Militar, com seu modelo de desenvolvimento urbano-industrial que esvaziou o campo, inchou as metrópoles e aumentou a fome e a desigualdade.

A agroecologia busca a sustentabilidade por orientar e construir, enquanto teoria e prática, condições de vida dignas para as pessoas e a preservação dos meios naturais necessários às gerações futuras. A sustentabilidade, de acordo com o documento síntese da V Plenária Nacional de Economia Solidária, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), ultrapassa a ideia de conservação da natureza. Tem outras relações com a vida, abrangendo os aspectos econômico (trabalho, renda e acesso ao mercado), ecológico, social (inclusão das populações socialmente vulneráveis), cultural (respeito às culturas tradicionais e locais) e político (movimento organizado para a mudança), visando um modo de vida ambientalmente sustentável, economicamente eficiente e socialmente justo.



Outras formas de economia existem. Algumas são nativas, originárias de povos antigos, como os indígenas, outras são as camponesas, também tradicionais. Todas estas se relacionam de modo diferente com o trabalho e os meios de produzir e reproduzir a vida. São relações que se constroem entre as pessoas para garantir seu estar e viver no mundo, a partir do seu território e de sua cultura (crenças, conhecimentos e relação com o outro).

Nos últimos dois séculos, muitas transformações aconteceram no modo de produzir e consumir que provocaram grandes impactos à vida do planeta. E como não podia deixar de acontecer, novas formas de resistência e superação dos problemas foram criadas ou recuperadas, como é o caso da agroecologia e da economia solidária, por exemplo.

A agroecologia, enquanto ciência, busca nas práticas e saberes ancestrais as respostas e soluções para a preservação da biodiversidade e da sustentabilidade dos modos de vida e de produção de alimentos, o mais próximo possível da dinâmica de funcionamento dos ecossistemas. A economia solidária busca com suas práticas encontrar saídas possíveis de organização socioeconômica, recuperando e fortalecendo os laços de sociabilidade que se fundam na confiança, na proximidade, na solidariedade entre iguais, na cooperação horizontal e numa relação respeitosa com a natureza e seus ciclos e ritmos.

A economia solidária se concretiza nas lutas históricas e cotidianas de trabalhadoras e trabalhadores, materializadas sob a forma de associações e cooperativas e em diversas redes, como alternativas autogestionárias e comunitárias na contramão do avanço avassalador do capitalismo, pela construção de uma sociedade justa e democrática, conforme ressalta o documento final da II Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2010.

No Brasil, na América Latina e no Caribe, desde a década de 1980, observa-se o surgimento de iniciativas socioeconômicas com relações de sociabilidade coletiva, cooperativa e/ou comunitária que Paul Singer nomeou, aqui, de *economia solidária* (2000), que Coraggio chamou de *economia do trabalho* na Argentina (2003), e que o economista chileno Luis Razeto Migliaro identificou como *economia de solidariedade* (1984). São experiências organizativas de diversos grupos, no campo e na cidade, na construção de relações econômicas, políticas e sociais não capitalistas, que buscam a transformação econômica e política da lógica própria desse sistema, marcada pelo crescimento material orientado pela quantidade de bens e pelo consumismo, por meio da exploração das trabalhadoras e dos trabalhadores e da Natureza.

“A economia solidária, é uma forma de organização econômica, igualitária e coletiva que propõe outro modelo de produção, comercialização e distribuição de riquezas, fundamentado na solidariedade, integralidade e responsabilidade, e que objetiva a transformação da sociedade através do enfrentamento às práticas econômicas construídas a partir da concentração de renda, da exploração da trabalhadora e do trabalhador, da desigualdade e da mercantilização da vida”. Esta definição de Georgina Catacora-Vargas, estudiosa das questões relacionadas a soberania alimentar e a agroecologia, fundamenta as discussões que vêm sendo desenvolvidas em torno do Grupo de Trabalho Mulher, Agroecologia e Economia Solidária, da Clasco, que se estende no período de 2017 a 2019, coordenado pela referida pesquisadora boliviana.

Continuando seus argumentos, a autora acima, dialoga com Paul Singer que tem defendido a economia solidária como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalista, conforme se pode ver no livro *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*, publicado em 2000.

José Luis Coraggio no texto “Economia do trabalho”, publicado em 2003, página 95, argumenta que o conjunto de necessidades básicas urgentes de milhões de latino-americanos, incluindo-se nisto a recuperação de espaços de sociabilidade, devem ser o objetivo da economia. Para que a economia reencontre o seu sentido de satisfazer às necessidades das trabalhadoras e dos trabalhadores é preciso “a organização solidária das unidades domésticas [onde se situa a economia familiar camponesa, por exemplo] organizando sistemas de segurança alimentar, comprando juntos para aumentar seu poder nos mercados, intercambiando trabalho fora do mercado monetizado como nas redes de troca[...]”. Ao estudar a economia do trabalho, Coraggio a entende como um processo no qual se vão consolidando práticas econômicas solidárias que se contrapõem ao capitalismo porque seu sentido é a reprodução ampliada da vida e não a acumulação do capital e a espoliação da natureza.

A economia solidária enquanto uma ação política no “resgate e fortalecimento dos vínculos comunitários, de reciprocidade e de solidariedade vividos pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores associados e que estão na contramão da lógica desenvolvimentista que tem favorecido a expansão do grande capital no meio urbano e rural, principalmente por meio da especulação imobiliária e do agronegócio”, de acordo com Ana Dubeux, Alzira Medeiros, Mônica Vilaça e Shirley Santos em “A concepção de economia solidária que orienta nossa ação”, publicado em 2012, página 17.

Diante destes sentidos da economia solidária, é possível enxergar convergências com a agroecologia na luta cotidiana para a desmercantilização da vida, na busca incessante do valor de uso dos bens comuns e no fortalecimento e reconhecimento das relações de reciprocidade, dialogando com Georgina Catacora-Vargas; Aymara Llanque Zonta, Johanna Jacobi e Freddy Delgado Burgoa em “Soberanía

alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia” [Soberania Alimentar: reflexões a partir de diferentes sistemas alimentares de Santa Cruz, Bolívia], 2016.

A economia solidária deve estar assentada no cuidado com a vida e com a terra, na manutenção das iniciativas tradicionais necessárias à permanência dos

O que é reciprocidade? Vamos definir reciprocidade como uma correspondência mútua, ou seja, que é exercida pelas duas partes. Por exemplo, ao mesmo tempo em que dou, eu recebo e retribuo. A reciprocidade pode ser afetiva e ética, estando associada ao sentimento de amizade e gratidão, como os sentimentos que temos por nossa família. Mas a reciprocidade pode também ser de partilha e de troca, as trocas que estabelecemos com a nossa vizinhança são um exemplo. Em algumas comunidades maranhenses, na Semana Santa, leva-se cedinho um pedaço de bolo para a casa vizinha, se a pessoa que recebeu não tiver bolo, retribui com ovos, sardinha ou qualquer outra coisa. É uma forma de demonstrar gratidão. O mutirão para a construção da casa, para fazer farinha ou construir a cerca é um exemplo de relações de reciprocidade. A economia solidária no Nordeste tem a reciprocidade como mantenedora dos laços

sujeitos nos seus territórios, de modo que os aspectos que dão sentido à sua identidade sejam fortalecidos. É neste sentido que ela se aproxima da ideia de Bem Viver como um sonho de sociedade, de horizonte possível de ser tomado para animar, esperar e nos dar a direção do caminho.

Conforme afirma Rita Segato, em entrevista ao *Jornal Brasil de Fato*, em 2012, o Bem Viver “tem um papel importante porque estimula as pessoas a obedecerem aos seus próprios projetos regionais, locais, comunitários”, preservando, assim, outras formas de “felicidade que esteja presente nas relações entre as pessoas e não uma felicidade que seja derivada da relação com as coisas”.

O Bem Viver, nas palavras de Alberto Acosta, em seu livro *O Bem Viver*,

de sociabilidade, pois se dá através das relações de proximidade, amizade e solidariedade, em busca de justiça, igualdade e bem comum. Não busca a concorrência nem o lucro, o que a diferencia da economia capitalista.

publicado em 2016, na página 70, “deve ser considerado parte de uma longa busca de alternativas de vida forjadas no calor das lutas populares, particularmente dos povos e nacionalidades indígenas. São ideias

surgidas dos grupos tradicionalmente marginalizados, excluídos, explorados e até mesmo dizimados. São propostas invisibilizadas por muito tempo, que agora convidam a romper radicalmente com conceitos assumidos como indiscutíveis”

Ainda, o Bem Viver “constitui o respeito para com o ambiente, compreende uma vida harmônica entre todos os seres – com valores já preconizados pelos povos indígenas, como solidariedade, trabalho coletivo etc. Ou seja, viver em harmonia, de maneira digna, respeitando o espaço do próximo, sem competitividade nem exclusão”, como afirma o FBES no relatório da V Plenária (p.9-10). Nesse sentido, percebe-se que a economia solidária e a agroecologia ligam-se ao Bem Viver, ao propor novos caminhos para mudanças sociais e políticas profundas na sociedade, as quais passam pelo respeito às diversidades cultural e social, e buscam assegurar o protagonismo político dos sujeitos homens e mulheres e movimentos sociais.

O trabalho coletivo e comunitário: e a divisão sexual do trabalho?

A economia solidária tem seu alicerce no trabalho associativo e comunitário e, assim, exige a participação de mulheres e homens. Mas há ainda desigualdades no trabalho produtivo e falta compreensão e valorização do trabalho reprodutivo, que tem sido realizado exclusivamente pela mulher. A construção de relações mais

justas e a superação da visão da mulher como ser de segunda categoria, “força de trabalho secundária”, que desvaloriza as suas capacidades e a importância da sua participação, são temas que têm sido muito debatidos, e não há mais aceitação dessas visões e comportamentos nos movimentos da economia solidária e da agroecologia.

Na agroecologia, há protagonismo das mulheres, são elas que têm gerado transformações, que inovam, (re)criam os sistemas produtivos e asseguram o acesso familiar à segurança alimentar e nutricional, associada à produção livre de agrotóxicos. São ações muito simples, como a que a pesquisa-ação “Mulheres praticando agroecologia em seus quintais produtivos” desenvolveu junto às mulheres do Assentamento Vitória da União, em Santa Luzia do Itahin, em Sergipe, ao buscar conhecer e socializar meios naturais de combate às pragas que destruíam os quintais produtivos.

Por meio dessas ações, as mulheres buscam a garantia de acesso a uma renda que possam administrar com autonomia, que lhes dê segurança para lutar por novas formas de convivência nas suas relações cotidianas com maridos/ companheiros, filhos e irmãos, repudiando tudo que as faça se sentir diminuídas, humilhadas, violentadas e exploradas. É por essa realidade das mulheres que tem sido dito muitas vezes que não basta apenas gerar trabalho e renda. Porque as mulheres fazem muito, trabalham muito e geram muita renda para a economia da família. Então, o que falta é valorização e visibilidade para elas e o seu trabalho. É necessário rever e mudar as relações de gênero em todos os espaços e lugares: na vida de casal, na família, na escola, na comunidade, no sindicato, na produção, na associação, na cooperativa, na feira, nos partidos e muito mais.

Um dos debates centrais no movimento de economia solidária, e um dos seus principais desafios, é justamente o enfrentamento dos preconceitos e da

invisibilidade do trabalho da mulher, acompanhados de opressão e violência. Embora elas sejam “maioria na construção da economia solidária, a igualdade de participação entre homens e mulheres, em todos os seus espaços, ainda é um desafio a ser superado”, conforme analisa o FBES no relatório da V Plenária (p.5), ao propor prioridade para elas nas ações de educação popular para favorecer espaços de fala e de reflexão sobre a condição da mulher.

As pesquisas-ação falam sobre a invisibilidade do trabalho e a não valorização do trabalho das mulheres, principalmente as pesquisas realizadas nos assentamentos de reforma agrária. O quintal como extensão do mundo privado, espaço historicamente reservado às mulheres, determinaria a sua irrelevância perante a vida social e o valor dos resultados do seu trabalho? As pesquisas não avançaram nessa reflexão sobre trabalho produtivo e reprodutivo e a naturalização da divisão sexual do trabalho que organiza, de forma desigual, o dia a dia de mulheres e homens, cristalizando determinadas atividades como “naturais” para as mulheres, como, por exemplo, o cuidado com a casa e com os filhos, idosos e enfermos. Por ser visto pela sociedade atual como algo “natural”, não é reconhecido como trabalho. É desta invisibilidade e desvalorização que as camponesas falam. Esse é um dos mergulhos a se fazer. Para isso, sugerimos a leitura do caderno sobre o a mulher na economia solidária, parte desta coleção.



O Nordeste é marcado por movimentos incansáveis de sujeitos mulheres e homens que enfrentam diretamente os desafios impostos pelas contradições das políticas oficiais do Estado, e que nos falam de suas histórias de resistência aos conflitos agrários, das violências sofridas, das muitas lutas por justiça, terra e igualdade. Percebe-se que, mesmo diante de toda a lógica opressora que priva a gente do direito à liberdade, essas pessoas vêm se afirmando como protagonistas no mundo.

Nesse tópico, abordamos justamente esses movimentos incansáveis por mudanças, que se manifestam de inúmeras maneiras e se materializam nas práticas (re) criadas, (re)inventadas, inovadas cotidianamente, nos fazendo perceber os vínculos entre lugar, experiência e produção de conhecimento.

As expressivas mudanças ocorridas no chão de vida do Nordeste são vistas como resultado de uma capacidade de resistir, de uma teimosia sobre a qual Ana Dubeux, Alzira Medeiros, Mônica Vilaça e Shirley Santos versam em livro publicado em 2012: “é essa teimosia que reafirmamos como sendo nossa principal qualidade, que Euclides da Cunha traduz de forma poética, afirmando que ‘o nordestino é antes de tudo um forte’. Nesse sentido, as autoras ressaltam que “é preciso que continuemos a resistir à onda de industrialização da região; resistir às indicações de inclusão produtiva, que nem sempre se articulam às lógicas de emancipação dos trabalhadores; e resistir à lógica que, às vezes, provoca em nós o sentimento de que somos inferiores, coitadinho, carentes” (p.23).

Fruto dos esforços de diversos sujeitos e articulações, as inúmeras expressões que têm emergido nesse processo de resistência surgem como contraponto a essa lógica e nos abrem inúmeras janelas de oportunidades, renovam as esperanças e apontam para possibilidades de construção de um mundo melhor, fundado no respeito à vida, à memória e à história. Nesse sentido, as expressões de economia solidária e as práticas agroecológicas que surgem no (re)fazer cotidiano dos

sujeitos do território evidenciam que há alternativas para o presente e que elas passam pelo cuidado, pelas relações igualitárias, pela diferenciação, pela associação e pela comunidade.

Essas experiências articulam um amplo leque de iniciativas que traz em seu bojo traços marcantes da realidade dessas agricultoras e desses agricultores e de como eles e elas recriam e adaptam práticas agroecológicas ao seu meio, que se orienta por uma forma própria de dar sentido ao mundo. Entre essas iniciativas da agroecologia, destacam-se a produção de cisternas familiares para armazenar água, os bancos de sementes e mudas, os canteiros consorciados, a fitoterapia, a diversificação dos sistemas produtivos, o uso de defensivos naturais, como os usados no combate a pragas e insetos, o reaproveitamento de alimentos como insumo, a segurança alimentar e o estabelecimento de novas relações entre quem produz e quem consome.

Esse conjunto de elementos reveladores de outro modo de fazer e pensar pode ser verificado no relatório da pesquisa-ação Mulheres Praticando Agroecologia em seus Quintais Produtivos coordenada por Divaneide de Souza Pinheiro e Zilda Marina Souza, que descrevem, com entusiasmo, a diversidade do quintal das agricultoras do Assentamento Vitória da União, em Sergipe: “têm frutas, verduras e legumes, um canteiro de flores e também uma farmácia viva, mais abaixo um pequeno espaço onde cria seus pequenos animais [...], podemos perceber o cuidado que elas têm com o quintal, elas têm uma preocupação com a natureza, não agrirem de forma alguma, ali tudo é reaproveitado, o esterco das galinhas e patos vira adubo pra plantação, restos de hortaliças, cascas de legumes, servem de ração pros animais”.

A pesquisa-ação realizada neste assentamento buscou apontar como se dá o trabalho das mulheres nos quintais produtivos, revelando o uso de técnicas de manejo agroecológico de combate a pragas e ervas daninhas e como o quintal se redesenha e cumpre uma função social, ambiental e econômica para as famílias. A expansão das culturas produtivas desenvolvidas pelas mulheres garante alimentação saudável o ano inteiro e os cuidados com a saúde. Muitas vezes, os cuidados com plantas e animais vão além da garantia de alimentação, também são uma forma de incentivar o vizinho e a vizinha para cuidar dos seus quintais e de fortalecer laços de amizade.

Múltiplos são os sentidos de resistência e reprodução social que têm sido criados pelo campesinato, como mostra o livro *Agroecologia na convivência com o semiárido: experiências vividas, sentidas e aprendidas*, de Alzira Medeiros, Maria Virgínia Aguiar e Ana Dubeux, publicado em 2015. A convivência com o semiárido é uma mudança de paradigma e uma aprendizagem imensa, principalmente, para romper com a ideia de ‘combate à seca’ que permeia o imaginário da população das políticas públicas para o Nordeste. A ideia de conviver ao invés de combater o clima e o ecossistema provocou a capacidade criativa para a elaboração e aplicação de tecnologias sociais para captação e armazenamento de água para que se garanta o alimento saudável na mesa, para o manejo sustentável da caatinga, de educação contextualizada, entre outras.

Outra mudança que tem sido provocada é a permanência das mulheres e homens no campo, rompendo com um ciclo de migrações, como ocorre no Sítio Feijão, em Pernambuco, de acordo com a sistematização da experiência “Transição agroecológica: mudanças na propriedade e na vida das/os agricultoras/es

familiares do Sítio Feijão, Bom Jardim”, realizada por Edilson Galdino da Silva, Erica Alexandre de Souza, Juliane Serafim Barbosa e Maria José da Silva, em 2015, onde, em virtude das formas convencionais de produção, as famílias não conseguiam obter renda satisfatória, sendo empurradas para um êxodo incerto, em busca de melhores condições socioeconômicas. É a partir da transição agroecológica que elas passam a ter “retorno financeiro e a não somente investir em bens de consumo para a família, mas também investir na sua propriedade, na diversificação da produção e na compra de insumos, mudas e animais, aumentando a capacidade de produção para que se pudesse manter a sustentabilidade da terra”, página 118.

Os quintais produtivos se tornaram uma iniciativa importante, geradora de riquezas para as unidades familiares. Seu sentido ultrapassa a dimensão econômica, entrelaçando-se com a diversificação da produção de alimentos, a segurança nutricional, a soberania alimentar e a autonomia das famílias. Esses quintais têm propiciado a constituição de bancos de sementes familiares e comunitários para a recuperação de sementes crioulas e a autossustentação das famílias, possibilitando a redução dos custos de produção e garantindo segurança sobre o controle das sementes e, portanto, gerando autonomia.

Entretanto, eles se revelam não somente como espaço de trabalho, mas também como um espaço de convivência e brincadeira, de socialização de problemas, de troca de experiências, de fortalecimento de amizades, de companheirismo, de convivência com as crianças, isso é um dos grandes motivos para que elas não utilizem veneno na produção, conforme Divaneide Pinheiro e Zilda Souza, no relatório da pesquisa “Grupo de Mulheres Agroecológicas de Quissamã”, de 2016. É implícito que, para essas mulheres, as formas saudáveis de produção pressupõem outras formas de vida, cheias de sentimentos e cuidados, preocupadas com a melhoria de vida e a liberdade para desfrutar dessas melhorias. O trabalho nos

quintais está relacionado ao prazer de cultivar, sendo este também um espaço de socialização, de bem-estar e companheirismo, além de se tornar um lugar de resgate do ser e de elevação da autoestima das mulheres.

Essas experiências contribuem para o surgimento de outras dinâmicas, como a participação nas feiras agroecológicas e o acesso aos mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assegurando direitos e ampliando oportunidades. Mas isso também exige maior capacidade de gestão e de participação de mais pessoas, o que coloca novos desafios para a cooperação. Conforme se verificou na pesquisa-ação “O fazer e viver a economia popular solidária na experiência da Fruto Daqui: uma contribuição para a sustentabilidade da agricultura familiar”, realizada no município de José de Freitas, no Piauí, torna-se necessário, ainda, garantir a participação de todos os sujeitos no processo, a valorização das diferentes identidades, a criação de mecanismos que possibilitem essa inserção e a superação da lógica restrita do produzir e comercializar, que visa somente ao lucro. Há diferentes formas de produzir e comercializar que não sejam explorando o trabalho das pessoas e a Natureza, como é o caso da agroecologia e da economia solidária.

As feiras são outra saída para a igualdade de condições entre mulheres e homens. E têm como pretensão contribuir na organização da produção, incentivar a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, motivar as agricultoras e os agricultores a desenvolver estratégias junto às instituições públicas, estaduais e municipais, e melhorar suas condições socioeconômicas, assegurando-lhes a emancipação.

Sobre isso, a agricultora Cleonice de Sousa, do Centro da Josina, uma das comunidades que passaram pela transição agroecológica no estado do Maranhão, ressalta, em entrevista concedida no dia 14 de dezembro de 2015 para

a TV Difusora, em Bacabal-MA, que: “a importância que tem pra nós participar da feira é a oportunidade de mostrar os nossos produtos, para a população ver que todos nós que estamos nos povoados temos a nossa produção e temos como tá revendendo. A importância da agricultura e da feira mostra o esforço nosso, dos agricultores e da mulher, isso é uma coisa que a mulher se sente mais valorizada com o seu trabalho, a competência, a oportunidade, pois isso é um trabalho que vem surgindo aos poucos e está se abrangendo junto com as associações [...], as associações nos ajudam na venda como no reconhecimento de nossos valores e na produção também”.

As feiras agroecológicas apresentam-se, assim, como espaço de recuperação de vínculos e laços de proximidade entre agricultoras e agricultores e consumidores e consumidoras para compartilhar informações para além do núcleo familiar. Trata-se de uma estratégia criativa de divulgação de novas técnicas e conhecimentos, de fortalecimento da cultura e dos saberes desses sujeitos, homens e mulheres. As feiras visam, portanto, recuperar o sentido de autonomia na construção de mercados e estabelecer trocas as mais variadas, com ou sem dinheiro. Permitem a relação direta entre quem produz e quem consome, tão necessária para a construção de laços sociais capazes de gerar cooperação e solidariedade, e não apenas a relação fria com clientes.

Para as mulheres, as feiras possibilitam o questionamento sobre as relações opressoras às quais têm sido historicamente submetidas e são uma oportunidade para que saiam da esfera privada e ocupem os espaços públicos, a partir dos encontros com agricultoras e agricultores de outras comunidades, por meio de intercâmbios e da comercialização dos produtos numa relação direta com a consumidora e o consumidor, garantindo-lhes visibilidade e

empoderamento político e econômico. A transição agroecológica possibilita-lhes associar o cuidado com as plantas ao cuidado com a vida, assim, elas vão questionando os padrões, as dominações masculinas e, aos poucos, vão provocando mudanças e conquistando seu espaço. Nota-se que a transição agroecológica não “pode ser apenas aplicação de um conjunto de técnicas e ferramentas de produção que visa passar de um sistema convencional para um novo que não use insumos, como os agrotóxicos”, por exemplo, como afirmam Ana Dubeux e Alzira Medeiros, no texto “As experiências sistematizadas: os sentidos do diálogo de saberes”, de 2015 na página 15, mas é também uma mudança de vida, a partir da qual novas relações e visões de mundo vão surgindo.

Percebe-se, assim, que a agroecologia e a economia solidária apresentam-se como estratégias no enfrentamento às desigualdades sociais e de gênero, possibilitando autonomia política, produtiva e econômica. O trabalho com os princípios agroecológicos interliga-se ao modo de conceber a vida, ao cuidado com a terra e com a água, às relações sociais e com a natureza, consigo e com outras pessoas. Esses cuidados com a vida estão relacionados ao não uso de agrotóxicos, à soberania alimentar, à preservação dos recursos naturais e a uma vida sem violência.

A economia solidária não é somente produção, é também um modo de viver bem com outras pessoas e com a natureza, é ajudar a vizinha e o vizinho quando na casa dele falta algo, é sentar debaixo do alpendre para conversar, é cuidado, é partilha. Quando troco um litro de azeite por uma galinha, estou praticando economia solidária. Se a restringirmos à produção e comercialização, reproduziremos a lógica do mercado, que se preocupa somente com o dinheiro, como se as relações que

estabelecemos no lugar que vivemos não fossem importantes. E sabemos que elas são importantes!

A agroecologia e a economia solidária apresentam-se como fortalecedoras de técnicas e práticas populares de produção, como os quintais produtivos, o uso de defensivos naturais, como os utilizados no combate a insetos, o fomento de novas formas de pensar as relações entre mulheres e homens, a autonomia política e econômica das mulheres, a conscientização sobre o não uso de agrotóxicos e o consumo de alimentos agroecológicos, estimulando, assim, o respeito aos saberes tradicionais, às formas familiares e comunitárias de produção, às vivências locais e ao consumo/produção/comercialização conscientes, justos e solidários. Nessa perspectiva, apresentam-se como um enfrentamento político ao desenvolvimento.

O Bem Viver manifesta-se nas experiências estudadas quando preserva-se o meio ambiente, quando se é guardião da biodiversidade. O desenvolvimento capitalista, que tem como pressuposto o crescimento econômico com relações sociais movidas pela competição e pelo individualismo, pode perder espaço e, num processo de transição, a força do local-comunitário pode ressurgir, a partir da resistência cotidiana e da luta por mudanças que assegurem os direitos sociais e a convivência entre os povos.

Com a crescente ofensiva da sociedade capitalista sobre inúmeros povos, estes foram criando, à margem dessa sociedade excludente, outros mundos possíveis. Foram aprendendo e reaprendendo a cuidar da saúde, a pensar a educação popular contextualizada, e a própria economia ganhou novo significado pelo pertencimento a um território que representa sua base de reprodução material

e simbólica. E ao passo que esses povos constroem suas estratégias de luta e resistência, constroem a si próprios.

Esses espaços conquistados revelam a necessidade de continuar lutando cotidianamente por políticas de educação popular, saúde pública, agrícola, assistência técnica, enfim, por políticas que fomentem as práticas de vida, de produção e reprodução social de que essas pessoas já são mestres e mestras.

Este texto não buscou retratar todos os detalhes desse tempo de caminhada e construção coletiva de saberes. As experiências aqui apontadas têm por principal intuito convidar a um olhar mais sensível para as experiências sociais e para a labuta cotidiana dos homens e mulheres do campo, marcada não somente pela transformação da natureza para a produção dos meios de vida, mas pela autotransformação, pelas novas aprendizagens que surgem sempre que produzimos algo novo, ou sempre que refazemos algo. Sempre há um detalhe novo de que não tínhamos nos dado conta! “Aprendemos a experimentar. Errar e acertar fez parte desse processo e isso foi entrando devagarzinho em nossas vidas”, é o que nos conta a sistematização de experiência “Aprendizagens com quintais agroecológicos no Cariri Paraibano: a história de Santa Rita no município do Congo”, realizada com o apoio da educadora Maria Aparecida de Azevedo, publicada em 2015, página 79. Trata-se de uma via de mão dupla: ao mesmo tempo que construímos algo, construímos a nós mesmos.

A existência conjunta entre sociedade e natureza se traduz nas formas de convivências que têm sido elaboradas para uma vida em harmonia com o meio ambiente, por meio de tecnologias adaptadas aos territórios e ecossistemas fortalecendo as relações socioculturais, assim, constroem-se práticas significativamente diferentes.

A ideia propagada pelo saber dominante de que esses saberes produzidos no dia a dia não têm validade, sendo considerados sinônimos de atraso e letargia, tem provocado a sua invisibilização. Assim, as pesquisas aqui utilizadas como aporte convidam à superação do sentido do inferno capitalista, que nega e oculta outras formas de conhecimento, e a utilizar o saber letrado como instrumento de libertação das populações dominadas, neste caso, as agricultoras e os agricultores, dando visibilidade às suas existências. Isso exige a renovação dos processos de

conhecimento e a superação da ideia de que somente as escolas, principalmente as universidades e instituições de pesquisa, têm poder para produzir conhecimento.

Nessa perspectiva, afirmam Ana Dubeux e Alzira Medeiros em “As experiências sistematizadas: o sentido do diálogo de saberes” que a vivência ao ser analisada e gerar aprendizagens é um processo fundamental para a produção de conhecimento. Conforme Paulo Freire, no livro *Educação como prática da liberdade*, publicado em 1967, a valorização dos saberes gerados nesse processo inaugura outra lógica da educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, é uma força de mudança e de libertação e que reconhece a importância dos saberes e experiências humanas que resistem com êxito à dominação neocolonialista, transformando ausências em presenças. São essas concepções que norteiam a educação popular em economia solidária e impregnam de sentido a vida de educadoras e educadores e educandas e educandos que têm assumido o desafio de construção de um pensamento que busque a transformação política, o exercício crítico e a autonomia, dando voz a sujeitos até então silenciados.

As muitas vozes que têm emergido do campo, de homens, mulheres, jovens, adultos e crianças, e também de organizações e movimentos sociais, acenam para o fato de que há outros caminhos. Desse modo, confrontam discursos, práticas e sujeitos, chamando atenção para as revoluções que têm emergido nesses territórios, desafiando visões que não são capazes, ou não querem, de enxergar ribeirinhos e ribeirinhas, quebradeiras de coco, pescadoras e pescadores, indígenas, camponesas e camponeses, quilombolas, entre outros, como construtores e construtoras de outros futuros.

As experiências com agroecologia e economia solidária surgem como contraponto às formas de opressão, discriminação e exploração sofridas por inúmeros povos e comunidades. Diante dessa ameaça, as mobilizações e articulações desses vários

sujeitos homens e mulheres, pela manutenção das suas práticas culturais, sociais e espirituais, surgem como forma de defesa da vida, como meio de visibilizar os enfrentamentos e como modo de assegurar direitos.

Reconhecemos que há desafios a serem enfrentados, como o envolvimento de toda a família nas tarefas domésticas, a distribuição igualitária dos afazeres, de modo que os esforços não recaiam somente sobre as mulheres e a maior participação das juventudes. Mas sabemos que há muitos avanços e que agricultoras e agricultores têm se reafirmado enquanto protagonistas da construção de outros possíveis futuros, construindo alternativas que possibilitam o fortalecimento de vínculos territoriais e de práticas de trabalho que respeitam os saberes tradicionais e a dignidade humana, harmonizando agroecologia, economia solidária, educação popular e Bem Viver. Desse modo, essas populações brotam na dimensão política e suas existências passam a ser consideradas e suas reivindicações, legitimadas. Elas passam a ser vistas enquanto sujeitos de direitos, disputando também os espaços de poder.

Em 2017, observamos vários retrocessos nas já frágeis políticas e ações do governo federal e do Estado. O governo que sucedeu ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff está operando o desmonte da política nacional de economia solidária, com o rebaixamento, ao status de subsecretaria, da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) e cortes orçamentários; e o fechamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com cortes nos recursos para a agricultura familiar, interferindo na elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Além disso, a extinção da Secretaria de Mulheres, da Secretaria de Direitos Humanos e da Secretaria de Igualdade Racial também marca os retrocessos das políticas sociais e afirmativas,

afetando de forma diferenciada a população negra e camponesa que vivencia, de maneira redobrada, as violações de direitos.

Mais recentemente, a aprovação da Lei das Terceirizações representa o mais duro golpe nos direitos sociais históricos das trabalhadoras e dos trabalhadores assalariados/as, com repercussões para o conjunto das relações sociais. A terceirização leva a uma concorrência entre trabalhadoras/es, fazendo com que o valor da força de trabalho fique cada vez menor e que as grandes corporações econômicas tendam a ganhar cada vez mais. Como é possível construir solidariedade entre trabalhadoras/es terceirizadas/os? Como serão garantidos seus direitos? Por quem? São esses os novos desafios que teremos pela frente.

Nas últimas décadas, a economia solidária e a agroecologia vêm sendo construídas na contramão do modelo econômico hegemônico por pessoas que buscam meios de vida sustentáveis e relações de cooperação e solidariedade para a vivência do bem viver e, assim sendo, se apresenta como espaço acolhedor para homens e mulheres do campo e da cidade.

Referências

- Alberto ACOSTA. *O Bem Viver*. Uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.
- Ana DUBEUX; Alzira MEDEIROS. “As experiências sistematizadas: o sentido do diálogo de saberes”. In: Alzira MEDEIROS; Maria Virgínia AGUIAR; Ana DUBEUX (Orgs.). *Agroecologia na convivência com o semiárido*: experiências vividas, sentidas e aprendidas. Recife: Ed. dos Organizadores, 2015.
- Alzira MEDEIROS; Maria Virginia AGUIAR; Ana DUBEUX (Orgs.). *Agroecologia na convivência com o semiárido*: experiências vividas, sentidas e aprendidas. Recife: Ed. dos Organizadores, 2015.
- Ana DUBEUX; Alzira MEDEIROS; Mônica VILAÇA; Shirley SANTOS. “A concepção de economia solidária que orienta nossa ação”, capítulo 1 do livro *A construção de conhecimentos em Economia Solidária: sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no Nordeste*. João Pessoa (PB): F&A Gráfica e Editora, 2012, organizado pelas referidas autoras.
- Antônia Maria da A. A. de ALMEIDA; Adriana M. CAVALCANTI; Maria da Conceição S. SILVA; Teresinha M. de SOUSA; Francisca F. de Sousa SANTOS. Relatório de pesquisa *O fazer e viver a economia popular solidária na experiência da Fruto Daqui: uma contribuição para a sustentabilidade da agricultura familiar*. CFES-NE, 2016. Mimeo.
- Antônio Edson BARRETO; Sheila Patrícia FEITOSA; Tiago Rodrigues da COSTA. Relatório de pesquisa *Grupo de mulheres agroecológicas de Quissamã*. CFES-NE, 2016 Mimeo.
- Carlos W. PORTO GONÇALVES. *Amazônia, Amazonas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- Cleonice de Sousa. Entrevista concedida à repórter Adna Soriano. *TV Difusora*. Bacabal (MA), 14/12/2015. Disponível em: www.acesa.eco.br. Acesso em: 20/01/2017
- Cláudia Silva LIMA. Irmã Dorothy e os PD’S: memória e resistência versus o poder do latifúndio. In.: Viviane de Oliveira BARBOSA; Aldina da Silva MELO (Orgs.). *Mulheres rurais e violência: algumas abordagens*. São Luís: EDUFMA, 2015.

- Divaneide Lins de Souza PINHEIRO; Zilda Marina SOUZA. Relatório de pesquisa *Mulheres praticando agroecologia em seus quintais produtivos*. CFES-NE, 2017. Mimeo. Pdf
- Edilson Galdino da SILVA, Erica Alexandre de SOUZA, Juliane Serafim BARBOSA e Maria José da SILVA “Transição agroecológica: mudanças na propriedade e na vida das/os agricultoras/es familiares do Sítio Feijão, Bom Jardim”. Capítulo 5 do livro organizado por Alzira MEDEIROS; Maria Virginia AGUIAR; Ana DUBEUX *Agroecologia na convivência com o semiárido: experiências vividas, sentidas e aprendidas*. Recife: Ed. dos Organizadores, 2015.
- Elsa FALKEMBACH Juntando Cacos, formando vitrais. In: Dirceu FUMAGALLI; João Marcelo Pereira dos SANTOS; Maria Esther BASUALDO (Org). *O que é sistematização?* Uma pergunta e diversas respostas. São Paulo: CUT, 2000.
- Emma SILIPRANDI. *Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Pós-graduação em desenvolvimento rural sustentável. Universidade de Brasília, DF, 2009.
- FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. *Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável*. Documento Síntese da V Plenária Nacional de Economia Solidária, 2012. Disponível em: < www.fbes.org.br >. Acessado em: 10/03/2017.
- Francisco Roberto CAPORAL; José Antônio COSTABER. *Agroecologia. Enfoque científico e estratégico*. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.3, n.2, abr-jun, 2002.
- Georgina CATACORA-VARGAS. Mulher, Economia Solidária e Agroecologia. Grupo de Trabalho/Clacso. Disponível em: http://www.clacso.org.ar/grupos_trabajo/detalle_gt.php?ficha=914&s=5&idioma= acesso em: março de 2017.
- Georgina CATACORA-VARGAS; Aymara Llanque ZONTA, Johanna JACOBI e Freddy Delgado BURGOA “Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolivia”, REVISTA NERA – ANO 19, Nº. 32 – EDIÇÃO ESPECIAL 2016 Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4796/3491> acesso em: 08/03/2017

- Gustavo ESTEVA. Desenvolvimento. In: W. Sachs (ed.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- José Luis CORAGGIO “Economia do trabalho”. Texto publicado no livro *A outra economia*, organizado por Antônio Davi Cattani, em 2003 e publicado pela Veraz Editores, Porto Alegre.
- Jorge MONTENEGRO. Conflitos pela terra e pelo território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. In: Marco Aurélio Saquete; Roseli Alves dos Santos, (Org). *Geografia agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- Luis RAZETO Migliaro. *Economia de solidaridad y mercado democrático*. Libro primero La economía de donaciones y el sector solidário. Programa de Economía del Trabajo. Academia de Humanismo Cristiano. Santiago del Chile: 1984.
- Marcelo CARNEIRO; Maristela ANDRADE; Benjamin MESQUITA. *A reforma de miséria e a miséria da reforma: notas sobre assentamentos e ações chamadas de reforma agrária no Maranhão*. *Revista Políticas públicas*, v.2, n. 2, jul-dez, 1996.
- Maria Aparecida de AZEVEDO. “Aprendizagens com quintais agroecológicos no Cariri Paraibano: a história de Santa Rita no município do Congo”. Capítulo 3 do livro organizado por Alzira MEDEIROS; Maria Virginia AGUIAR; Ana DUBEUX *Agroecologia na convivência com o semiárido: experiências vividas, sentidas e aprendidas*. Recife: Ed. dos Organizadores, 2015.
- Michel THIOLLENT. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez, 1985.
- Milton SANTOS. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- Oscar JARA Holiday. *Para Sistematizar experiências*. Trad.de Maria Viviane V. Resende 2 ed. Brasília: MMA, 2006.
- Oscar JARA Holiday. Resignifiquemos as propostas e práticas de educação popular perante os desafios históricos contemporâneos. In: Pedro PONTUAL; Timothy IRELAND. *Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas*. Coleção Educação para Todos. Edição eletrônica. Brasília: MEC/SECAD; UNESCO, CEAAL, 2006. Disponível em <http://educacaointegral.org.br/>

wp-content/uploads/2013/12/vol4americalatina.pdf acesso em 03/007/2015.

Paulo FREIRE. *Extensão ou Comunicação?* Trad. de Rosisca Darcy de Oliveira. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Paulo FREIRE. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

Paul SINGER. “Economia Solidária: um modo de produção e distribuição” Texto publicado no livro *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. Organizado por Paul SINGER e André Ricardo de SOUZA. São Paulo: Editora Contexto, 2000

Rita SEGATO. Entrevista. *Jornal Brasil De Fato*. “O Bem Viver e as formas de felicidade”. Disponível em: www.brasildefato.com.br>. Acessado em 10/01/2012.

SENAES/MTE. *Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável*. Documento Final da II Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), 2010.



Rede CFES
Formação e Assessoria Técnica
Nordeste

DEPARTAMENTO
DE EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

SUBSECRETARIA DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA

MINISTÉRIO DO
TRABALHO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E

